



## Nota dos editores: para além da resiliência

Roberto Nascimento Rodrigues\*  
Igor Cavallini Johansen\*\*

Confiança no futuro! Foi assim que nos expressamos no final de 2021, meio caminho andado, com muito trabalho ainda pela frente. As sequelas epidemiológicas, socioeconômicas e políticas da pandemia de Covid-19 ainda causam convulsão. Mas a confiança no futuro exige doses não homeopáticas de resiliência, até porque pedras havia no meio do caminho, o que requer vencer obstáculos, talvez no estilo descrito no refrão da canção de Violeta Parra, interpretada por Mercedes Sosa:

Se va enredando, enredando  
Como en el muro la hiedra  
Y va brotando, brotando  
Como el musguito en la piedra  
Como el musguito en la piedra, ay sí-sí-sí

Falando em pedras no caminho, discussões sobre diferentes aspectos da Covid-19 permearam alguns textos publicados nesse volume 39 da *Rebep*. O artigo de **Douglas Sathler** e **Guilherme Leiva**, por exemplo, versou sobre a disseminação do novo coronavírus entre cidades espalhadas e compactas, examinando aspectos como densidade urbana, localização de pessoas e empregos e padrões de deslocamento, tomando como exemplo três grandes cidades: Nova York, Los Angeles e São Paulo. Com base na revisão da literatura, os autores demonstram que a morfologia urbana, a infraestrutura e os projetos de mobilidade e atividades econômicas são aspectos relevantes do desenvolvimento urbano que podem afetar as interações entre os cidadãos e a disseminação da Covid-19. Além disso, eles observam que a escala regional e a análise da rede urbana também são importantes nos estudos que investigam o crescimento da Covid-19, ressaltando, por fim,

---

\* Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil e Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros-MG, Brasil (beto.cedeplar@gmail.com; <http://orcid.org/0000-0002-7874-2659>).

\*\* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil (igorcav@unicamp.br; <http://orcid.org/0000-0002-5360-3740>).

que a vulnerabilidade socioespacial urbana é relevante em tempos de pandemia, diante das associações entre a disseminação da Covid-19 e aspectos socioespaciais nas cidades, como pobreza e desigualdade. Já o artigo elaborado por **Rose Elizabeth Cabral Barbosa, Amanda Steffane Gomes de Jesus, Daniela Nogueira Fonseca Costa, Elke Oliveira Santos, Natália Costa Soares, Yessa Nathany Oliveira Netto de Jesus, Giovanni Campos Fonseca, Ada Ávila Assunção e Desirée Sant'Ana Haikal** busca analisar diferenças nas condições de vida e saúde das professoras principais provedoras do domicílio em comparação às coprovedoras, durante a pandemia de Covid-19. O estudo baseou-se em dados coletados por meio de formulário *on-line* enviado aos professores da rede estadual de Minas Gerais. Os autores observam que, entre as mulheres que se declararam como principais provedoras, havia predomínio daquelas mais velhas, que viviam sem companheiro(a), com filhos(as) e, no geral, apresentavam características que retratam pior condição socioeconômica, maior acúmulo de trabalho e comportamentos menos saudáveis. Os resultados permitem identificar desvantagens nas condições de vida e saúde das professoras principais provedoras financeiras de suas famílias em comparação às coprovedoras.

Na linha de avaliação das consequências da Covid-19 sobre a saúde da população, o estudo desenvolvido por **Kleber Fernandes de Oliveira** focalizou o impacto das mortes causadas pelo novo coronavírus sobre a esperança de vida no Brasil e regiões para os primeiros seis meses de 2020, com base nos dados do Datasus e em tábuas de vida com decremento simples. Os resultados apontam que as mortes por Covid-19 ocorridas até 18 de agosto de 2020 tiveram impacto estatisticamente negativo na esperança de vida ao nascer, tanto masculina quanto feminina. Em termos regionais, a maior perda em anos de vida é estimada para o Norte, enquanto o Sul foi a região com menor impacto. Os resultados do modelo logístico para o país indicam que a mortalidade por Covid-19 tende a ser maior entre a população com mais de 65 anos, homens, pretos e de baixa instrução. As comorbidades aumentam a chance de desfecho morte, especialmente doenças hepática e renal crônicas. Além disso, a pandemia causou atrasos em diagnósticos e no tratamento na atenção primária em várias doenças e em diversos países, pois interrompeu padrões usuais de atendimento à saúde. Em virtude disso, **Tiago de Oliveira Furlam, Claudia Cristina de Aguiar Pereira, Gustavo Saraiva Frio e Carla Jorge Machado** realizaram estudo com o objetivo de identificar se houve menor número de procedimentos diagnósticos e de tratamento realizados para sífilis nos primeiros sete meses de 2020, comparativamente à média dos mesmos meses entre 2016 e 2019, no Brasil e nas unidades federativas. A redução no número de procedimentos seria um indicativo de atraso no diagnóstico, na detecção e no tratamento da sífilis em 2020. Foram utilizadas informações disponibilizadas no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS). Os resultados para o Brasil mostram queda de 1/3 nos procedimentos de diagnóstico e de tratamento referentes à sífilis nos sete primeiros meses do ano da pandemia, em comparação com a média dos sete primeiros meses nos quatro anos anteriores (2016-2019). Houve diferenças importantes por unidades da federação, apontando para maiores quedas proporcionais nos volumes de procedimentos

no Norte e Nordeste, com ênfase nos estados do Maranhão, Roraima, Pará, Bahia, Rio Grande do Norte, Amazonas, Pernambuco e Amapá. Já no estudo desenvolvido por **Cleber Vinicius Brito dos Santos, João Roberto Cavalcante, Paula Cristina Pungartnik e Raphael Mendonça Guimarães**, o objetivo foi analisar a evolução de casos, internações e óbitos por Covid-19 no município do Rio de Janeiro, por faixas etárias, entre março de 2020 e abril de 2021, a partir de dados do sistema e-SUS Vigilância Epidemiológica. Hospitalizações e óbitos foram coletados no Sivep-Gripe, que é o sistema que contém as notificações de hospitalizações e óbitos por síndromes respiratórias agudas graves (SRAG), incluindo a Covid-19. Os resultados mostram que a maior carga de casos correspondeu às faixas etárias de 20 a 29 e 30 a 39 anos. Internações e óbitos se concentraram nos grupos de 60 a 69, 70 a 79 e 80 anos ou mais, com uma marcante tendência de rejuvenescimento da carga de óbitos a partir da semana epidemiológica 10 de 2021. Os autores concluem que há uma transição da idade da pandemia no Rio de Janeiro, possivelmente pelo progresso da vacinação, mostrando, portanto, o sucesso desta medida.

Mas nem todos os textos versando sobre morbimortalidade apresentados neste volume da *Rebep* focalizaram a questão da Covid-19. Chamou a atenção também, por exemplo, o foco na mortalidade por violências. Nessa perspectiva, o estudo de **Carlos Marcelo Leveau** teve como objetivo conhecer a conformação dos conglomerados espaço-temporais de suicídios, homicídios e óbitos por lesões por intenção indeterminada (MLIND) na Argentina, durante o período 1994-2014, assim como analisar a associação espaço-temporal entre grupos de suicídio ou homicídio e grupos de MLIND, na Argentina, no mesmo período. Segundo o autor, o surgimento de conglomerados de homicídios em homens esteve mais associado a reduções mais acentuadas nos níveis de emprego, entre 1991 e 2001, em comparação com os suicídios. Áreas com altas densidades populacionais e maiores percentuais de necessidades básicas insatisfeitas (indicador de pobreza) tenderam a ser incluídas em conglomerados de homicídio em homens, em comparação com suicídios. Ademais, Leveau constatou a existência de uma diferenciação geográfica entre homicídios e suicídios em tempos de crise econômica e que os MLINDs representariam principalmente homicídios ocultos. Já **Vinicius Ferreira Baptista** realizou um confronto teórico-empírico sobre a violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), cotejando a literatura que consolida a pertinência de políticas e leis no tocante à violência e ponderando acerca do alcance de estudos de viés quantitativo. Entre os resultados encontrados, destaca-se que, como evidenciado por outros estudos, a violência contra a mulher na RMRJ envolve um agressor de conhecimento da vítima e é praticada em ambiente doméstico ou familiar. Ao mesmo tempo, alguns resultados põem em dúvida certos axiomas, a exemplo de a violência física ser explicitamente preponderante, ou que a violência sexual seja praticada em local não residencial. Outros resultados indicam novos elementos: o tipo da violência se altera de acordo com a idade e escolaridade da vítima, em especial marcadores que fragilizam a mulher.

Ainda sobre morbimortalidade, **Siria Monique Alves de Moura, Monaliza de Oliveira Ferreira e Andreza Daniela Pontes Lucas** analisaram a relação da vulnerabilidade ao nascer, representada pela variável baixo peso ao nascer (BPN), com variáveis selecionadas, tais como Produto Interno Bruto (PIB) real *per capita* e cobertura do Programa Bolsa Família, além de indicadores municipais acerca de características maternas que envolvem idade, número de consultas pré-natais, raça, estado civil e anos de estudo. Estes indicadores foram obtidos a partir de microdados de todos os recém-nascidos provenientes de cada município do território brasileiro, registrados no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). Os resultados sugerem que as principais causas do BPN para a amostra considerada são o fato de o município possuir um menor PIB real *per capita*, menor cobertura do Programa Bolsa Família, maior proporção de mães com menos de 19 anos e mais de 39 anos e maior proporção de mães que realizaram até três consultas pré-natais.

No outro extremo, questões relacionadas à fecundidade e reprodução mereceram a atenção de alguns estudiosos que tiveram texto publicados nesse volume da *Rebep*. Dois desses trabalhos focalizaram especificamente a fecundidade na Argentina. **Yasmin A. Merteikian** analisou o regime de fecundidade na Argentina entre 1980 e 2010, com o intuito de discutir se o período configurou o fim da primeira transição demográfica ou uma segunda transição emergente. De início, a autora aponta que a fecundidade na Argentina diminuiu relativamente cedo e, diferentemente das transições de fecundidade na Europa Ocidental, esse declínio não levou a um período de alto crescimento natural da população. No começo do século 21, a Argentina parecia experimentar uma estagnação da fecundidade, apesar do aumento da educação formal e da participação laboral das mulheres e de uma maior disponibilidade de contraceptivos. Utilizando dados dos Censos Populacionais de 1980, 1991, 2001 e 2010, o estudo mostra que a fecundidade continuou sua tendência de queda de 1980 a 2010. Os resultados apontam que, embora a Argentina esteja completando sua primeira transição demográfica, já que ainda não atingiu a fecundidade abaixo do nível de reposição, o país pode mostrar sinais de uma emergente segunda transição demográfica. Já **Enrique Pelaez, Caroll Dahyana Lema Cuesta, Leandro Agustín Pastorino, Tania Melisa Trincheri e Ana Viganó** analisaram o comportamento da fecundidade na Argentina no século 21, desagregado por nível de escolaridade da mãe, com especial atenção à evolução da fecundidade na adolescência nesse período. Foram utilizados dados de estatísticas vitais, estimativas e projeções da população do Instituto Nacional de Estadística y Censos (Indec) e, para a análise por nível de educação, dados das Pesquisas Domésticas do Indec e do Censo Nacional da População e Habitação 2010. A análise mostra uma lacuna significativa nos níveis de fecundidade entre as mulheres mais e menos instruídas, principalmente na fecundidade adolescente. Esta lacuna é reflexo da desigualdade, uma vez que a alta fecundidade afeta principalmente as mulheres dos estratos sociais mais vulneráveis.

Em outra vertente sobre a discussão acerca de fecundidade e reprodução, **Bila Sorj e Alexandre Barbosa Fraga** examinaram as desigualdades sociais existentes no acesso

às licenças maternidade e paternidade, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) anual de 2017, realizada pelo IBGE. Os resultados indicam que o acesso às políticas de licença no país é impactado por uma estratificação social múltipla, revelando desigualdades de gênero, classe, raça e idade, o que permite refletir sobre a relação entre essas desigualdades e o próprio desenho de tais políticas no Brasil. Os autores concluem que, devido à sua natureza contributiva, as licenças maternidade e paternidade expressam continuidades de uma “cidadania regulada”, em vez de se tornarem um direito universal dos cidadãos. Por sua vez, **Marina Silva da Cunha, Ana Maria Paula Rosa e Marcos Roberto Vasconcelos** analisaram o fenômeno do adiamento da maternidade no Brasil, bem como seus principais fatores associados. A pesquisa abordou o período de 1992 a 2015, considerando informações da PNAD, do IBGE. Os resultados apontam para uma tendência crescente da postergação da maternidade no Brasil e, segundo os autores, as mulheres com mais chances de adiar a maternidade são brancas, solteiras, residentes em áreas urbanas, metropolitanas e na região Sudeste. Entre os principais fatores que contribuem para essa tendência, estão o investimento em capital humano e a participação no mercado de trabalho, preponderantes para o adiamento da maternidade. Com relação à interação entre trabalho e reprodução, **Bruna Carolina Garcia e Glaucia dos Santos Marcondes** desenvolveram estudo sobre as desigualdades da reprodução, mas especificamente sobre homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. O contexto para elaboração da análise ancora-se no modelo complementar e assimétrico de divisão sexual do trabalho, no qual homens predominantemente dedicariam seu tempo ao trabalho remunerado, fora do espaço doméstico, enquanto as mulheres estariam principalmente envolvidas com os cuidados da casa e da família. O estudo busca refletir sobre a realização do trabalho doméstico não remunerado por mulheres e homens na faixa etária de 25 a 49 anos, utilizando informações provenientes da PNAD Contínua de 2019. Os resultados apontam que o trabalho doméstico não remunerado permanece nos moldes de um modelo de divisão sexual do trabalho complementar e assimétrico. As taxas de realização de afazeres domésticos e de cuidados mostram participação expressiva dos homens, ainda que inferior à das mulheres, contudo, mais concentrados em atividades de suporte e de interações externas ao domicílio. Os diferenciais observados no tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado revelam que essa participação masculina continua não se refletindo em redução dos tempos femininos com essas atividades, o que indica a persistência das desigualdades de gênero no trabalho doméstico não remunerado nas idades de maior pressão pelas demandas da vida reprodutiva e produtiva. Em perspectiva complementar, **Bianca Wiederkehr e Luís Eduardo Afonso** analisaram como a aposentadoria pode ser impactada pela maternidade, afetando os fluxos de renda, contribuições e benefícios. Os autores calcularam cinco indicadores previdenciários em diferentes cenários, dados por combinações do evento da maternidade, idade no nascimento do filho, duração do afastamento do mercado de trabalho e salário no retorno ao mercado de trabalho. Os cálculos foram feitos para a regra antiga do Regime Geral de Previdência Social (RGPS),

que vigorou até 2019, e para a regra nova, que passou a valer em 2020, após a aprovação da Emenda Constitucional n. 103/2019. Observou-se queda no caráter progressivo das aposentadorias do RGPS devido à reforma de 2019, bem como redução na maioria dos indicadores, particularmente na taxa interna de retorno. Trabalhadoras sem filhos e aquelas que não deixaram o mercado de trabalho devido à maternidade são afetadas de maneira razoavelmente similar pela reforma. Já as trabalhadoras que precisaram deixar o mercado de trabalho sofrem maior impacto, com redução nos indicadores que dependem do período de recebimento do benefício de aposentadoria.

Na esteira de reflexões sobre fecundidade e reprodução em termos de desigualdades de gênero, fluxos de renda e aposentadoria, pode-se inserir a discussão sobre tempo alocado para a paternidade. Este é o foco do estudo desenvolvido por **Anzhelika Voroshilova** e **Anna Bagirova**, que mediram o tempo alocado aos filhos por meio da autoavaliação dos pais e do critério de suficiência subjetiva ou tempo insuficiente, com base em informações coletadas de 545 pais residentes na região dos Urais, na Rússia. Os resultados mostram que os pais dessa região têm uma opinião comum de que não passam tempo suficiente com seus filhos. As razões para o tempo insuficiente alocado à educação dos filhos são sobrecarga de tarefas em casa e no trabalho, causas psicológicas de interação intergeracional e razões externas, como estudo, saúde precária e necessidade de cuidar de outros parentes. Uso do tempo também foi objeto de estudo com foco especificamente no Brasil. É o caso do trabalho desenvolvido por **Cicero Augusto Silveira Braga** e **Lorena Vieira Costa**, versando sobre uso do tempo e insegurança alimentar em domicílios chefiados por mulheres. A motivação partiu da constatação de que, no Brasil, os domicílios chefiados por mulheres sofrem desproporcionalmente com a insegurança alimentar, mas as evidências empíricas e teóricas mostram que elas alocam melhor do que os homens os recursos intradomiciliares para o bem-estar. Os autores, então, estabelecem o objetivo de observar como o uso do tempo e a insegurança alimentar se correlacionam. Para tanto, foram utilizados dados da PNAD para abordar o processo de feminização da pobreza, apresentando o modelo de decisão coletiva para entender a situação de maior vulnerabilidade feminina. Os resultados mostram que as mulheres são as que mais se dedicam para realização de jornadas duplas de trabalho, o que aumenta o risco de insegurança alimentar, confirmando a importância da alocação de tempo para o bem-estar domiciliar. Inversamente, este efeito é contrário quando as tarefas do domicílio são divididas com outros membros, especialmente o esposo.

Falando em (in)segurança alimentar e nutricional, **Genykléa Silva de Oliveira**, **Clelia de Oliveira Lyra**, **Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa Oliveira** e **Maria Ângela Fernandes Ferreira** analisaram o efeito da compra direta de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar sobre o déficit de estatura em crianças menores de cinco anos, entre 2013 e 2017, no Brasil. Com base em informações coletadas de diferentes bancos de dados, os autores verificam que houve uma diferença de médias na prevalência do déficit de estatura significativa entre os municípios que compraram menos de 30% e aqueles que adquiriram 30% ou mais de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar.

Conclui-se que a compra de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar no Brasil pode contribuir para a redução da prevalência do déficit de estatura em crianças menores de cinco anos.

Essa discussão, por sua vez, pode ensejar o foco específico na qualidade de vida da população, tema também presente nos estudos inseridos nesse volume da *Rebep*. Nessa perspectiva, o estudo realizado por **Iasmim Batista Correia, Ricardo Alves de Olinda e Tarciana Nobre de Menezes** focalizou os fatores relacionados à qualidade de vida de idosos de uma comunidade quilombola da Paraíba, com base em entrevistas com 45 idosos com média de idade de 71,3 anos, que constituem a totalidade elegível de idosos residentes na comunidade quilombola Caiana dos Crioulos. Os resultados apontam que os sintomas indicativos de depressão, o número de doenças crônicas não transmissíveis e o teste de sentar e levantar estão associados à qualidade de vida relacionada à saúde (QVRS) ruim dessa população. De acordo com os autores, este é um dos raros estudos a trabalhar a temática em idosos quilombolas, com avaliação da QVRS em diferentes domínios e diversos fatores relacionados. Em outra vertente, **Octavio Bramajo** apresentou estimativas de expectativa de vida livre de ansiedade/depressão para a população adulta (uma expectativa de saúde) na Argentina, com base em dados transversais sobre presença de sintomas de ansiedade/depressão, utilizando ondas múltiplas (2005, 2009, 2013 e 2018) da Pesquisa Nacional de Fatores de Risco (ENFR). As expectativas de saúde aumentaram entre 2005 e 2013 e diminuíram de 2013 a 2018. Essa variação foi maior para o sexo feminino, com a mudança na morbidade respondendo por quase toda a melhoria antes de 2013. A decomposição também sugeriu que o impacto líquido sobre a morbidade seria ainda maior se não fosse por um aumento na expectativa de vida geral durante o período 2013-18, com declínio na expectativa de saúde de um ano para homens e 1,7 ano para mulheres, o qual foi impulsionado, principalmente, pelas faixas etárias mais jovens.

Em se tratando de qualidade de vida, ou em perspectiva de vida, cabe enfatizar o estudo desenvolvido por **Beatrice Fogolin Fernandes, Letícia Xander Russo e Kezia de Lucas Bondezan**, com foco na relação entre o estado de saúde mental e a experimentação e frequência do uso de drogas lícitas (álcool e tabaco) em escolares, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2015. Os autores observam uma menor probabilidade de nunca ter experimentado substâncias psicoativas, tanto álcool quanto cigarro, em escolares que se sentem sozinhos e apresentam dificuldades para dormir. Além disso, solidão e insônia foram relacionadas com maior frequência ao uso dessas substâncias. Tais resultados fornecem evidências da importância de integrar a saúde mental às políticas públicas e práticas educativas de prevenção e redução do uso de substâncias psicoativas na adolescência.

Em parte, talvez em muito, essa questão pode estar vinculada à estrutura familiar, em suas diversas dimensões. Uma dessas dimensões envolve o impacto da estrutura familiar (biparentais e uniparentais) sobre a dinâmica educacional intergeracional e a acumulação de capital humano. Este foi o foco do estudo realizado por **Adriano Firmino V. de Araújo, José**

**Luís da Silva Netto Junior e Liédje Bettizaide Oliveira de Siqueira**, com base em microdados da PNAD de 2014. Os resultados indicam que ser dependente, do sexo feminino e residir na zona urbana são características associadas a uma maior mobilidade intergeracional de educação. O Nordeste se destaca como a região com menor mobilidade intergeracional educacional. Em média, as famílias uniparentais chefiadas por uma mulher possuem 0,5 ano de estudo a mais do que as uniparentais chefiadas pelo pai. Os resultados sugerem que a estrutura familiar afeta a dinâmica intergeracional de educação e a acumulação de capital humano dos indivíduos. Ainda no âmbito da estrutura familiar, mas com enfoque singular, **Mariana de Araújo Cunha e Ana Paula Verona** examinaram as características das mulheres em uniões consensuais no Brasil, entre 1980 e 2010, com foco nos diferenciais segundo escolaridade. Isto, partindo da evidência de que as uniões consensuais têm crescido muito no Brasil nas últimas décadas. Tal aumento tem sido observado em todos os grupos educacionais, o que pode sugerir sinais da difusão da segunda transição demográfica (SDT) no país. Os resultados mostram que as mulheres com maior nível de escolaridade preferem o casamento formal (e não a união consensual) tanto em 1980 quanto em 2010. Além disso, observa-se uma diferença crescente entre os grupos de escolaridade ao longo do tempo, ou seja, a chance de as mulheres mais escolarizadas escolherem a união consensual cresceu menos do que entre as menos escolarizadas. Para as mulheres com maior escolaridade em 2010, a chance de estar em união consensual é maior entre aquelas de grupos socioeconômicos mais baixos e entre pretas, pardas e católicas. De acordo com as autoras, é possível, então, questionar as explicações dadas pela segunda transição demográfica para a expansão das uniões consensuais entre grupos socioeconômicos com maior escolaridade no Brasil.

Além da estrutura familiar, habitação e condições de moradia também foram objeto de estudo publicado nesse volume da *Rebep*. Partindo do questionamento sobre quem precisa de moradia na América Latina, o trabalho de **Mariana Marcos, Diva Marcela García-García e Juan Antonio Módenes** teve como objetivo definir conceitualmente o problema da falta de moradia de qualidade e coresidência na América Latina. O estudo baseou-se em análise demográfica das estruturas de coresidência nas regiões metropolitanas de Bogotá e Buenos Aires. Como resultado, identificou-se que a coresidência também esconde uma demanda demográfica insatisfeita, oculta em complexos arranjos residenciais disfuncionais, com alta representatividade numérica nos dois contextos analisados. O tratamento dessas situações suscita um debate sobre o direcionamento de políticas públicas para a solução do déficit habitacional e as situações que devem ser priorizadas para garantir o direito à moradia na perspectiva das necessidades habitacionais e não apenas das demandas do mercado.

Tal discussão, em certo sentido, pode suscitar considerações que incluem uma avaliação empírica do tamanho ótimo dos municípios, que foi o foco do trabalho desenvolvido por **Tito Belchior Silva Moreira, Anna Rita Scott Kilson e Celso Vila Nova de Souza**. Os autores realizaram uma investigação empírica sobre o tamanho ótimo dos municípios, isto é, a quantidade de habitantes que propicia o menor nível de despesas em relação ao PIB



municipal, de modo que se obtenha escala econômica para otimização da aplicação dos recursos públicos. A análise baseou-se em uma amostra de dados de 4.835 municípios com população inferior a 50.000 habitantes, que representam 89% do total de municípios brasileiros. Foram utilizados dados financeiros do Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios –, Finbra 2010, e informações socioeconômicas do Censo Demográfico do IBGE 2010 e do PIB dos municípios do IBGE 2010. Os resultados indicam que o tamanho ótimo de população para um município brasileiro equivale aproximadamente a 31.667 habitantes por cidade. Esse porte populacional proporciona ganhos de escala na administração pública e confere maior autonomia local em relação ao governo central para ofertar bens públicos de qualidade. Outra perspectiva da dimensão de estudos sobre as cidades envolve a discussão sobre urbanização e planejamento urbano e rural, como o trabalho desenvolvido por **Júlio César Tavares de Paiva Silva, Douglas Sathler e Diego Rodrigues Macedo**, que apresentaram uma proposta metodológica de avaliação de aspectos morfológicos e funcionais de cidades médias, empregando como principal fonte de dados o Censo Demográfico em conjunto com outras informações geoespaciais livres (modelo digital de terreno e imagens de satélite). O estudo permite identificar, em Montes Claros, Minas Gerais, a formação de centralidades intraurbanas menos desenvolvidas em relação a outros polos de desenvolvimento do estado, como Juiz de Fora, Uberlândia e Pouso Alegre. Na cidade de Montes Claros, a concentração das funções em duas centralidades (centro principal e subcentro de maior destaque) amplia a segregação socioespacial, diante da ausência de centralidades importantes nas proximidades das áreas de maior crescimento periférico entre 2000 e 2010. Em outra perspectiva, **Sergio Elías Uribe-Sierra e Pablo Mansilla-Quñones** realizaram uma revisão documental sobre o despovoamento rural para localizar os principais antecedentes, correntes e visões de estudo na América Latina e outros espaços geográficos. A ênfase foi colocada no Chile para expor a forma como tem sido tratada a relação entre extrativismo e despovoamento rural, com a intenção de contrastar os resultados com os aportes teóricos da ecologia política latino-americana e propor uma análise abrangente desse fenômeno. Os resultados mostram que, no Chile, os fatores que historicamente impulsionam o despovoamento das áreas rurais têm sido a ditadura militar, os planos de ordenamento territorial, a industrialização e urbanização, a transformação da estrutura agrária, as mudanças climáticas e o extrativismo. Constatou-se que os estudos sobre este último fator têm omitido a forma como ocorre o despovoamento, regularmente em contextos de estruturas de poder desiguais e tensões territoriais entre diferentes modelos de desenvolvimento e formas de habitar o espaço.

A distribuição da população no espaço, ou especificamente os fluxos migratórios, sob ótica tanto interna quanto internacional, também está presente no mosaico de estudos populacionais publicados nesse volume da *Rebep*. No plano interno, **Cinthyonara Targino Pereira, Cristiane Silva Corrêa, Jarvis Campos, José Vilton Costa e Vanessa Viana da Nóbrega** analisaram como as migrações e a carreira dos esposos podem afetar a participação das mulheres no mercado de trabalho formal. Os resultados mostram que as esposas de

militares participam menos do mercado de trabalho formal do que as cônjuges dos demais trabalhadores. As esposas que migraram também têm menor chance de estarem no mercado formal do que as que não migraram, independentemente da atividade do marido, a menos que tenha migrado antes do esposo e o esposo não seja militar. As mulheres de militares têm menores chances de participarem no mercado formal em qualquer situação de tempo de migração, mesmo que tenham migrado antes de seus cônjuges. No plano internacional, **Tomás Cebola, Alisson F. Barbieri e Gisela P. Zapata** analisaram a dinâmica das migrações internacionais sul-sul a partir do estudo de caso da recente imigração de zimbabwianos para a província de Tete, Moçambique, historicamente uma região de emigração. Para isso, os autores combinaram dados quantitativos provenientes do Censo moçambicano de 2007 e dos registros de trabalhadores imigrantes da Direção Provincial de Trabalho, Emprego e Segurança Social, com entrevistas semiestruturadas junto aos imigrantes zimbabwianos em Tete. Os resultados indicam uma multiplicidade de fatores que contribuíram para a recente onda de imigração em Tete, com destaque, além das motivações econômicas e de subsistência familiares, para aspectos sociais e culturais relacionados à longa tradição da mobilidade intrarregional na África Austral, facilitada por fronteiras relativamente porosas e fortes laços culturais, linguísticos e de parentesco. De acordo com os autores, a instalação de megaprojetos de mineração com capital brasileiro, em Tete, contribuiu para torná-la atrativa como destino migratório, num contexto em que ocorriam violentas ondas de xenofobia contra imigrantes na África do Sul, principal destino das migrações na região. Já o estudo elaborado por **Pablo Marlon Medeiros da Silva, Janaína Gularte Cardoso, Gabriel Horn Iwaya, Brena Samara de Paula, Arthur William Pereira da Silva e Wanderson Fernandes Modesto de Oliveira** visou compreender como barreiras individuais, nacionais e organizacionais e suas inter-relações impactam o emprego de refugiados no mercado de trabalho brasileiro, com base na teoria da estrutura relacional da gestão da diversidade de Syed e Özbilgin (2009). A pesquisa foi realizada com refugiados com emprego formal na cidade de São Paulo. Os resultados indicam a prevalência de barreiras nacionais sobre a exclusão de emprego para os refugiados, podendo potencializar fatores excludentes em níveis individual e organizacional. O governo brasileiro configurou-se como um dos principais obstáculos nacionais à integração, tendo papel particularmente importante na estrutura relacional. Em outra vertente do foco na migração internacional, **Pablo Sebastián Gómez e Maximilano Iglesias** analisaram os padrões gerais de incorporação laboral dos migrantes sul-sul e seus filhos e filhas na Argentina. Primeiro, os autores detalharam as características de incorporação laboral dos migrantes e seus filhos em comparação com a população nativa e seus filhos; em seguida, analisaram as formas de incorporação nos diferentes segmentos laborais da sociedade argentina. Os resultados obtidos sugerem uma incorporação estruturada pelos vetores de gênero e de gerações. As gerações mais jovens dentro do lar (filhas e filhos tanto da população nativa como da migrante) são incorporadas nos segmentos mais precários e, de forma complementar, esta incorporação interage com o gênero. As filhas em lares migrantes inserem-se, maioritariamente, nos segmentos mais baixos

da estrutura laboral, enquanto, no outro extremo, os homens nativos incorporaram-se nos segmentos mais altos da estrutura laboral.

Gênero e diversidade, aliás, constituem um eixo expressivo de estudos incluídos no volume 39 da *Rebep*. Um desses trabalhos discutiu a escalada neoconservadora e a agenda antigênero, centrada no caso da participação do Brasil na III Cúpula Demográfica de Budapeste. **Felipe Furini Soares e Arlene Martinez Ricoldi** partiram de pesquisa *on-line* e documental no *site* dos organizadores da cúpula e do governo brasileiro para analisarem criticamente o discurso da ministra Damare Alves durante o evento, com reflexão a partir dos estudos feministas pós-estruturalistas. Os autores verificaram que houve uma inflexão do Brasil à agenda neoconservadora e antigênero, se associando a países de extrema-direita, fundamentalistas e contrários à defesa de direitos humanos. O discurso proferido instrumentaliza noções demográficas para camuflar suas perspectivas ideológicas em relação ao gênero, emprestando ares de discurso científico aos ataques aos direitos sexuais e reprodutivos e às noções de família não tradicionais. Já o trabalho de **Yasmin Geronimo da Silva e Daniela Verzola Vaz** buscou compreender porque, no Brasil, as ocupações “femininas” pagam menos. A fim de testar a teoria sociológica da desvalorização do trabalho feminino, os autores avaliaram o impacto da transição entre ocupações distintas quanto à composição por sexo no rendimento dos trabalhadores, utilizando microdados longitudinais de divulgação trimestral das edições de 2012 a 2019 da PNAD Contínua (IBGE). Os resultados mostram que o trabalhador experimenta queda no rendimento quando transita para uma ocupação “feminina”, em linha com a hipótese da desvalorização. Os autores também observaram que os maiores rendimentos são recebidos nas ocupações integradas, indicando que a relação entre a composição ocupacional por sexo e os rendimentos é não linear. Por outro lado, **Daniel Suliano, Guilherme Irffi e Ana Beatriz Rêgo de Sá Barreto** fizeram uma revisão sistemática da literatura sobre orientação sexual e seus efeitos no mercado de trabalho com dois objetivos: identificar diferentes formas de classificação da orientação sexual no âmbito do mercado de trabalho; e analisar o mercado de trabalho como um canal que gera distribuição desigual de renda mediante mecanismos discriminatórios a partir dos diferenciais de rendimentos com base na orientação sexual. A fonte de dados utilizada foi a plataforma Periódicos Capes. Entre os resultados, quatro formas de identificação da orientação sexual foram observadas, tendo as uniões consensuais (coabitação) o maior número de estudos, seguidas da autodeclaração, comportamento e militância. Adicionalmente, pode-se destacar a penalidade salarial sofrida por homens *gays vis-à-vis* as suas contrapartes sexuais, prêmio salarial para lésbicas, na comparação com mulheres heterossexuais, e desvantagens dos homossexuais na inserção do mercado de trabalho em simulações na taxa de convite para entrevista, revelando, assim, indícios de discriminação logo na etapa inicial de contratação. Os autores ressaltam que, mesmo na presença de legislações que protejam minorias sexuais, até em países mais liberais e tolerantes, o ambiente profissional não está completamente alinhado à produtividade do trabalhador. A questão da orientação sexual, desta feita com foco em estudos demográficos

sobre sexualidade e migração, foi o tema abordado por **Fernanda Fortes de Lena**. A autora fez uma revisão sistemática de textos publicados entre janeiro de 2000 e junho de 2021, com enfoque em migração interna e sexualidade, utilizando métodos quantitativos e dados relacionados a estudos demográficos. O objetivo foi mapear o que se sabe até o momento em estudos demográficos associados à migração interna de minorias sexuais, bem como utilizar o desenvolvimento de pesquisas sobre migração e sexualidade no Brasil como um estudo de caso em migração e sexualidade no Sul Global. Lena concluiu que estudos com foco na migração interna e sexualidade no Brasil continuam escassos. A ausência de progresso no campo da pesquisa demográfica é combinada com a falta de familiaridade dos estudiosos da migração com estudos da sexualidade e vice-versa. Nesse sentido, é importante que os futuros estudiosos articulem cooperação entre esses acadêmicos para investigar como a sexualidade afeta a distribuição espacial das minorias sexuais no país por meio da migração interna. Outra faceta da diversidade, a dimensão da cor, também foi abordada no âmbito dos estudos publicados nesse volume. A população negra é discriminada nas unidades de saúde, tanto como usuários quanto como profissionais de saúde. Tais ações aumentam a vulnerabilidade desses grupos, alargam a distância ao acesso, levam à evasão e favorecem para que o racismo institucional se manifeste por meio de impedimentos aos benefícios preventivos ou curativos dos tratamentos e medicamentos possibilitados pelas políticas públicas de saúde. Com base nesse cenário, **Larayne Gallo Farias Oliveira** e **Milena Magalhães** elaboraram uma revisão narrativa, bibliográfica e não sistemática, a fim de evidenciar o desencadear do estabelecimento de políticas públicas, legislações e reflexões de pesquisadores decoloniais e, principalmente, da implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. As autoras concluem que o preconceito e a discriminação ainda são prevalentes na sociedade brasileira, afetando os serviços de saúde e dificultando o acesso da população negra. Elas evidenciaram, também, que, embora a falta de informação, a diversidade cultural e a baixa renda influenciem no acesso à saúde da população negra, o maior desafio a ser enfrentado e superado é o racismo institucional.

Da diversidade para a diversificação, da diversificação para um enquadramento eminentemente técnico e contemporâneo. Aí se insere o estudo desenvolvido por **Filipe Costa de Souza** sobre expressões de forma fechada para as expectativas de vida de Gompertz-Makeham. De acordo com o autor, resultados bem conhecidos pela comunidade atuarial sobre tais expressões ainda estão sendo redescobertos de forma independente nos dias atuais. Nessa perspectiva, seu estudo visou fornecer algum reconhecimento aos resultados anteriores sobre expressões de forma fechada para expectativa de vida de Gompertz e Gompertz-Makeham, especialmente no campo das ciências atuariais. A ideia é, com isso, estimular a interdisciplinaridade e fornecer o pano de fundo para novos desenvolvimentos, em especial porque a derivação de expressões de forma fechadas para expectativa de vida (e anuidades) com base em leis de mortalidade despertam o interesse de várias áreas, como ciências atuariais, biologia, demografia, estatística, entre outras.

Migrando da dimensão contemporânea para a análise de cunho histórico, ou de demografia histórica, o estudo realizado por **Heitor Pinto de Moura Filho** versou sobre as falhas no registro de crianças no Censo de 1872, centrado no caso fluminense. Moura Filho revelou que o Censo de 1872 apresenta relevantes incoerências demográficas nas idades infantis. Esses problemas foram identificados a partir da análise de dados para as freguesias do Município Neutro e da província do Rio de Janeiro, baseada na aplicação de padrões demográficos gerais: a razão de sexo ao nascer e as proporções entre o número de anos-pessoa vividos nas primeiras idades segundo a tábua de vida Brasil 1870-1890. Em consequência, o autor adverte que qualquer análise historiográfica a partir dos dados do Censo de 1872 requer o ajuste prévio dos totais publicados para as idades infantis para se tornar minimamente precisa. Ainda na vertente de estudos sobre demografia histórica, **Herbert S. Klein, Francisco Vidal Luna, Lélío Luiz de Oliveira e Renato Leite Marcondes** analisaram comparativamente informes demográficos de qualidade aceitável acerca dos escravizados nascidos na África, para Minas Gerais, São Paulo e Maranhão, de 1804 a 1848. As parcelas dos nascidos na África em relação aos escravizados e às razões de sexo de todos os cativos, de acordo com as idades, auxiliaram a remontagem da dinâmica retrospectiva da chegada dos africanos às regiões. Supondo certas hipóteses e procedimentos, a partir das coortes etárias, os autores estimaram as proporções de africanos e as razões de sexo da população cativa para os períodos anteriores aos das listas nominativas de habitantes. A dinâmica retrospectiva da introdução de africanos reconstruída mostrou-se bastante correlacionada à história econômica das diferentes regiões estudadas. Completa o módulo de estudos sobre demografia histórica o artigo de **Natália Gil**, que apresenta uma consolidação das análises de Giorgio Mortara sobre as informações do recenseamento populacional brasileiro realizado em 1940 referentes especificamente ao analfabetismo no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e no município de São Paulo e publicadas em 1945 na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. O exame da documentação histórica permitiu observar o pioneirismo de Giorgio Mortara nesse sentido, em especial no que se refere à percepção de que o analfabetismo tendia à redução no Brasil pela ampliação do acesso à escola. Assim, eram menores os índices de analfabetismo entre os mais jovens, cujo acesso à escolarização vinha se ampliando nas décadas precedentes. Mortara também foi precursor em apontar que, no que diz respeito ao saber ler e escrever, a diferença entre meninos e meninas vinha sendo reduzida, enquanto se mantinham importantes as diferenças de índice em relação à categoria cor.

De volta à contemporaneidade, tema presente entre os estudos publicados nesse volume da *Rebep* é o meio ambiente. Nesse sentido, **Alisson Flávio Barbieri, Raquel de Mattos Viana, Vanessa Campos de Oliveira Soares e Raquel Aline Schneider** desenvolveram estudos com vistas a apresentarem contribuições teóricas para uma demografia dos desastres no Brasil. A motivação ou contexto baseia-se no fato de que as mudanças demográficas associadas à complexidade dos problemas ambientais contemporâneos, como as mudanças ambientais globais e os desastres tecnológicos, tornarão cada vez

mais perene a (re)produção social dos riscos e desastres a eles associados. Os autores propõem reflexões que posicionem a demografia, particularmente no contexto brasileiro, de forma a incorporar esses desafios aos seus conceitos, teorias e metodologias de análise, consolidando o campo de estudos em demografia dos desastres. O percurso escolhido foi, inicialmente, o de revisitar conceitos presentes em estudos de população e ambiente, como riscos, danos, desastres, vulnerabilidade, adaptação e resiliência. Em seguida, os autores propõem um marco teórico sobre demografia dos desastres, bem como sua operacionalização a partir de sete princípios. Por fim, discute-se como, tanto do ponto de vista conceitual, teórico quanto metodológico, a demografia possui um papel fundamental para consolidar uma perspectiva científica que antagonize discursos de “naturalização” dos desastres e, conseqüentemente, contribua para criar ou aperfeiçoar políticas públicas e mecanismos de gestão e planejamento antes, durante e após os desastres.

Não menos contemporânea é a discussão acerca da previdência e mercado de trabalho, especialmente no que se refere à educação e outros determinantes da participação laboral de adultos mais velhos no Brasil. Ao longo das últimas décadas, no Brasil, as pessoas têm adquirido maior educação formal e entram tardiamente no mercado de trabalho, mas a disponibilidade de programas de aposentadoria faz com que saiam precocemente, mesmo que estejam experimentando ganhos em longevidade. A par desta situação, **Anderson Rocha de Jesus Fernandes** e **Bernardo Lanza Queiroz** caracterizaram as transformações, ao longo do tempo, da participação laboral de indivíduos em idades avançadas, considerando as mudanças na composição educacional. Para tanto, os autores utilizaram microdados dos Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010), obtidos no IPUMS, e da PNAD de 2015. Os resultados mostram que a propensão de estar em atividade se relaciona positivamente à escolaridade. No entanto, pouco mudou no que tange às condições de trabalho de pessoas mais velhas. A precariedade enfrentada por essa mão de obra subsiste ao longo do tempo e persistem as desvantagens de mulheres e negros no que se refere à atuação no mercado de trabalho.

A discussão sobre previdência, na verdade, é muitas vezes associada à questão do envelhecimento, de dimensão universal e que envolve muitas facetas. Uma delas refere-se à análise da incorporação da categoria velhice na 11ª Classificação Internacional de Doenças (CID-11), desde uma perspectiva demográfica e de direitos humanos. Este, aliás, é o tema do Ponto de Vista apresentado por **Gilbert Brenes-Camacho**, **Laura Débora Acosta**, **Moisés H. Sandoval**, **Carolina A. Guidotti-Gonzalez** e **Verónica Montes de Oca**. A CID-11 entrou em vigor em 01/01/2022, foi publicada em 11/02/2022 e adotada em maio de 2022 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A comissão encarregada de atualizar a CID-11 propôs incorporar a categoria velhice na classificação. O ponto de vista elaborado pelos autores surge como resposta à iniciativa da Rede de Envelhecimento da Associação Latino-Americana de População (Alap), que, como várias associações da geriatria e gerontologia do mundo, está preocupada com as conseqüências negativas do uso do termo velhice na nova CID. Por essa razão, a Aging Network encomendou uma comissão *ad hoc* para

analisar a bibliografia atualizada sobre o tema. O Ponto de Vista publicado foi elaborado com base nesse processo de estudo e reflexão, com o objetivo analisar os argumentos a favor e contra essa decisão, bem como as implicações que isso acarreta para a sociedade como um todo, de uma perspectiva demográfica e de direitos humanos. Do ponto de vista da Alap Aging Network, considera-se inadequada a inclusão da categoria velhice na CID-11 porque contraria os avanços teórico, metodológico e científico já mencionados na incorporação da perspectiva social e curso de vida na compreensão da velhice pela OMS. Como demógrafos, os autores afirmam ser necessário avançar em um termo que reduza a probabilidade de classificação de causas mal definidas, que permita extrair mais informações precisas sobre as causas de morte e doença e que não incentive comportamentos de discriminação por idade. A partir do apelo de cientistas e profissionais ligados à geriatria, gerontologia, saúde, comunicação, política e a outros setores sociais, como organizações governamentais e não governamentais que trabalham com idosos, no início de janeiro de 2022, a OMS reverteu o estabelecimento da categoria de velhice como causa de morte. A conquista, então, resultou de uma grande pressão e movimentação da sociedade civil nacional e internacional, que luta contra a patologização da vida e por maior inclusão das pessoas idosas na sociedade.

Além de 32 artigos originais, cinco artigos de revisão, quatro notas de pesquisa e um ponto de vista, o volume 39 da *Rebep* publicou também quatro resenhas de trabalhos caros à discussão dos estudos populacionais. **Marcos Antonio da Silva** e **Ricardo Ojima** resenharam a obra organizada por Claudia Pedone, da Universidade de Buenos Aires (UBA), e Alfonso Hinojosa, da Universidade Mayor de San Andrés (Bolívia), além de contar com a colaboração de pesquisadores da Argentina, Cuba, Guatemala, Honduras, México, Venezuela e República Dominicana. Embora os trabalhos tratem da migração em toda a América Latina e estejam mesclados em sua organização, Silva e Ojima consideram que é possível constatar que, dentre as novidades da migração latino-americana contemporânea, estão a emergência e a consolidação de dois fluxos migratórios fundamentais que incidem em novos desafios e novas temáticas para sua compreensão. Por um lado, é tratada a dinâmica migratória na América do Sul, considerando os corredores leste e oeste, em que se destaca o caso venezuelano, que constitui o principal fenômeno e desafio migratório da sub-região neste início de século. Por outro lado, o trabalho analisa temas e questões referentes ao corredor migratório América Central–México–EUA, indicando que sua compreensão está associada à análise de temas sobre sua amplitude e constância, endurecimento de políticas migratórias e desaparecimentos, sua alta periculosidade e letalidade, desafios da reinserção educativa, importância das remessas de divisas para as famílias e a economia local e emergência de novos exílios relacionados às crises políticas da região.

**Adriana Robles**, em sua resenha sobre o livro *Advanced introduction to Demography*, considera que Wolfgang Lutz propõe uma visão da demografia em que, além das variáveis sexo e idade, são incorporadas características da população, principalmente a escolaridade, como elementos substantivos na dinâmica demográfica. Assim, para Robles, Lutz oferece

uma revisão exaustiva dos estudos demográficos que mostram o potencial de incorporação da educação na análise demográfica. Lutz não apenas apresenta uma revisão sucinta e prática dos conceitos demográficos fundamentais, mas também propõe sua aplicação para a análise da população com uma perspectiva multidimensional, embora com ênfase na composição educação da população. Robles conclui que a obra é uma importante contribuição para a demografia, pois provoca leitores a aplicar o método demográfico de forma criativa para fornecer respostas a novas e urgentes questões.

Ao resenhar o livro *Career and family: women's century-long journey toward equity*, de autoria de Claudia Goldin, **Luísa Cardoso** afirma que a obra busca pelo equilíbrio entre trabalho e família que vem ocorrendo no último século entre as mulheres de alta escolaridade nos Estados Unidos. Nesse sentido, Luísa discute interdependências entre normas de gênero, maternidade e carreira, não apenas considerando o que Goldin chama de “sintomas” da desigualdade, como salários menores e poucas mulheres em altos cargos, mas também reforçando a necessidade de transformar o que causa tal desigualdade: o trabalho ganancioso, que remunera melhor as atividades que demandam mais horas e são menos flexíveis. Goldin afirma que as mulheres com elevada escolaridade hoje também têm um problema que precisa ser nomeado. Apesar de inseridas no mercado de trabalho, elas não conseguem equiparar seus salários aos dos seus colegas homens e nem são promovidas como eles. O problema não é de fácil solução, pois a desigualdade de gênero é sistêmica e multidimensional, sendo improvável que apenas explicações econômicas tradicionais sobre *trade-offs* quanto à alocação de tempo consigam explicar e solucionar a questão.

Por fim, **Ana Carolina Soares Bertho** elaborou resenha do livro *Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares*, organizado por Maísa Faleiros da Cunha e Glaucia dos Santos Marcondes, que celebra os 40 anos da criação do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo) da Unicamp. Produzida em um contexto de crise sanitária e incertezas, a obra apresenta grande diversidade quanto aos temas abordados, retratando desde interpretações teóricas e metodológicas que vêm sendo desenvolvidas e aperfeiçoadas no Nepo ao longo de quatro décadas de existência, até análises críticas sobre questões contemporâneas, como os desafios populacionais ocasionados pela pandemia de Covid-19. Migrações internacionais, vulnerabilidade, ocupação do solo, envelhecimento, suicídios e educação de populações indígenas são alguns dos assuntos tratados na obra. O livro retrata não apenas a abrangência temática das pesquisas realizadas no Núcleo, mas também a diversidade do corpo de pesquisadores, que se reflete no vasto arcabouço teórico e metodológico articulado para a condução das investigações, e o dinamismo dos projetos realizados no Nepo, sempre sensíveis aos temas emergentes no contexto nacional.

Abrangência temática, diversidade de abordagens e arcabouços teórico e metodológico, aliás, marcaram a coletânea de textos publicados no volume 39 da *Rebep*. Em meio ao processo de consolidação da transição iniciada 2021, essa empreitada demandou o desenvolvimento de um trabalho coletivo. Cabe, então, reiterar agradecimentos a Ana Paula Pyló, onipresente com seu manual de instruções, além da equipe competente,



cooperativa, compreensiva e fraterna formada por Vania Fontanesi, Fabiana Grassano, Flávia Fábio, Patrícia Antuna, Nairi Paraskevaídes, Ana Cláudia Ribeiro e Gisele Higa. Mulheres, sempre elas!

Ao Conselho Editorial devemos reiterar o agradecimento pela parceria e confiança no trabalho desenvolvido ao longo de todo o biênio 2021-2022. Da mesma forma, reiteramos gratidão ao conjunto de pareceristas que devotaram tempo e socializaram conhecimento e competência fundamentais para a avaliação das submissões. Esse agradecimento é extensivo aos autores e autoras que consideraram a *Rebep* como veículo adequado para divulgação de seus estudos.

Mas a publicação do volume 39 da *Rebep* não teria sido possível sem a continuidade do aporte financeiro da Fundação Carlos Chagas, parceira de longa data e de continuidade imprescindível. Em 2022 a *Rebep* foi contemplada com recursos disponibilizados pelo CNPq, fundamentais para viabilizar o conjunto de publicações. Ainda assim, houve necessidade de fundo adicional, gentilmente cedido pela Fiotec/Fiocruz. Mas, de fato, o esforço para viabilizar a edição do volume 39 da *Rebep* só foi bem-sucedido graças ao apoio incondicional da Diretoria da Abep.

Por fim, reiteramos nossa confiança no futuro e na crença de que a *Rebep* seguirá mantendo sua condição de periódico de excelência e se configurando como uma das mais importantes revistas de Demografia da América Latina. Atualmente, a *Rebep* ocupa a segunda posição nesse *ranking*. Além disso, de 2020 para 2021 (último dado disponível), a revista passou do 63º para o 45º lugar entre os 115 periódicos em Demografia no mundo, do 15º para o 12º lugar entre os 34 periódicos que têm acesso aberto e do 3º para o 2º quartil mundial. São indicadores expressivos, que demandam para além da resiliência.

## Referências

ARAÚJO, Adriano Firmino V. de; SILVA NETTO JUNIOR, José Luís da; SIQUEIRA, Liédje Bettizaide Oliveira de. Estrutura familiar e dinâmica educacional entre gerações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-27, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0192>.

BAPTISTA, Vinicius Ferreira. “Se te agarro com outro, te mato! Te mando algumas flores e depois escapo”: cenários da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-26, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0202>.

BARBIERI, Alisson Flávio; VIANA, Raquel de Mattos; SOARES, Vanessa Campos de Oliveira; SCHNEIDER, Raquel Aline. Contribuições teóricas para uma demografia dos desastres no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-29, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0227>.

BARBOSA, Rose Elizabeth Cabral; JESUS, Amanda Steffane Gomes de; COSTA, Daniela Nogueira Fonseca; SANTOS, Elke Oliveira; SOARES, Natália Costa; JESUS, Yessa Nathany Oliveira Netto de; FONSECA, Giovanni Campos; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; HAIKAL, Desirée Sant’Ana. Condições de vida e saúde de professoras da educação básica pública de Minas Gerais provedoras financeiras de suas famílias durante a pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-20, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0226>.

BERTHO, Ana Carolina Soares. Quatro décadas de olhares multidisciplinares para a demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-7, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0216>.

BRAGA, Cicero Augusto Silveira; COSTA Lorena Vieira. Uso do tempo e insegurança alimentar em domicílios chefiados por mulheres no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-23, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0200>.

BRAMAJO, Octavio. Estimación da expectativa de vida remanescente livre de ansiedade/ depressão na Argentina: tendências e decomposição da mudança demográfica, 2005-2018. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-21, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0199>.

BRENES-CAMACHO, Gilbert; ACOSTA, Laura Débora; SANDOVAL, Moisés H.; GUIDOTTI-GONZALEZ, Carolina A.; MONTES DE OCA, Verónica. Análisis de la incorporación de la categoría vejez en la decimoprimer Clasificación Internacional de Enfermedades (CIE-11) desde un perspectiva demográfica y de derechos humanos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-13, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0196>.

CARDOSO, Luísa. Desigualdade de gênero e o equilíbrio entre trabalho e família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-6, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0219>.

CEBOLA, Tomás; BARBIERI, Alisson F.; ZAPATA, Gisela P. Migrações sul-sul: a recente onda de imigrantes zimbabwianos em Tete – Moçambique (2007-2016). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-26, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0188>.

CORREIA, Iasmim Batista; OLINDA, Ricardo Alves de; MENEZES, Tarciana Nobre de. Fatores relacionados à qualidade de vida de idosos de uma comunidade quilombola da Paraíba. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-26, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0198>.

CUNHA, Mariana de Araújo; VERONA, Ana Paula. Uniões conjugais consensuais entre mulheres com educação de alto nível: entendendo a heterogeneidade do contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-21, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0221>.

CUNHA, Marina Silva da; ROSA, Ana Maria Paula; VASCONCELOS, Marcos Roberto. Evidências e fatores associados ao fenômeno de adiamento da maternidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-24, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0187>.

FERNANDES, Anderson Rocha de Jesus; QUEIROZ, Bernardo Lanza. Educação e outros determinantes da participação laboral de adultos mais velhos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-25, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0229>.

FERNANDES, Beatrice Fogolin; RUSSO, Letícia Xander; BONDEZAN, Kezia de Lucas. Relação entre saúde mental e uso de substâncias psicoativas em escolares. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-24, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0228>.

FURLAM, Tiago de Oliveira; PEREIRA, Claudia Cristina de Aguiar; FRIO, Gustavo Saraiva; MACHADO, Carla Jorge. Efeito colateral da pandemia de Covid-19 no Brasil sobre o número de procedimentos diagnósticos e de tratamento da sífilis. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-15, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0184>.

GARCIA, Bruna Carolina; MARCONDES, Glaucia dos Santos. As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-23, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0204>.

GÓMEZ, Pablo Sebastián; IGLESIAS, Maximilano. Incorporação laboral de migrantes sul-sul e seus filhos na Argentina: interseções de gênero, gerações e trabalho. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-26, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0191>.

GIL, Natália. Analfabetismo da população brasileira nas análises de Giorgio Mortara sobre o censo de 1940. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-15, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0213>.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal; OLIVEIRA, Lélío Luiz de; MARCONDES, Renato Leite. Dinâmica comparada: fluxos dos escravizados africanos em São Paulo, Minas Gerais e Maranhão (1804-1848). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-26, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0209>.

LENA, Fernanda Fortes de. Estabelecendo uma agenda de pesquisa em sexualidade e migração nos estudos demográficos: o que emerge da revisão de literatura. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-29, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0222>.

LEVEAU, Carlos Marcelo. Diferenças socioespaciais entre homicídios e suicídios na Argentina, 1994-2014. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-22, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0190>.

MARCOS, Mariana; GARCÍA-GARCÍA, Diva Marcela; MÓDENES, Juan Antonio. Quem precisa de moradia na América Latina? Corresidência nas estimativas de déficit habitacional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-26, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0194>.

MERTEHIKIAN, Yasmin A. O regime de fecundidade na Argentina (1980-2010): o fim da primeira transição demográfica ou uma segunda emergente? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-29, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0201>.

MOREIRA, Tito Belchior Silva; KILSON, Anna Rita Scott; SOUZA, Celso Vila Nova de. Uma avaliação empírica do tamanho ótimo dos municípios. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-26, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0185>.

MOURA, Siria Monique Alves de; FERREIRA, Monaliza de Oliveira; LUCAS, Andreza Daniela Pontes. Vulnerabilidade ao nascer e condicionalidades: estimação com efeitos fixos entre 2012 e 2016. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-20, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0215>.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. As falhas no registro de crianças no Censo de 1872: o caso fluminense. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-20, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0203>.

OLIVEIRA, Genykléa Silva de; LYRA, Clelia de Oliveira; OLIVEIRA, Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa; FERREIRA, Maria Ângela Fernandes. Redução do déficit de estatura e a compra de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-29, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0189>.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. Perda potencial em anos de vida decorrente da Covid-19 nas regiões brasileiras: avaliação dos seis primeiros meses da pandemia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-9, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0182>.

OLIVEIRA, Larayne Gallo Farias; MAGALHÃES, Milena. Percurso da implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-13, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0214>.

PELAEZ, Enrique; CUESTA, Caroll Dahyana Lema; PASTORINO, Leandro Agustín; TRINCHERI, Tania Melisa; VIGANÓ, Ana. Fecundidade na Argentina no início do século 21: o fim do plateau? Efeitos da educação nas mudanças. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-22, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0224>

PEREIRA, Cinthyonara Targino; CORRÊA, Cristiane Silva; CAMPOS, Járvis; COSTA, José Vilton; NÓBREGA, Vanessa Viana da. Migração e atividade econômica das esposas de militares da União e de trabalhadores do setor público e privado no Brasil em 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-23, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0225>.

ROBLES, Adriana. Teorías, conceptos e instrumentos demográficos desde una perspectiva multidimensional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-6, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0218>.

SANTOS, Cleber Vinicius Brito dos; CAVALCANTE, João Roberto; PUNGARTNIK, Paula Cristina; GUIMARÃES, Raphael Mendonça. Transição da idade de casos, internações e óbitos em internações por Covid-19 no município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-10, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0195>.

SATHLER, Douglas; LEIVA, Guilherme. A cidade importa: urbanização, análise regional e segregação urbana em tempos de pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-32, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0205>.

SILVA, Júlio César Tavares de Paiva; SATHLER, Douglas; MACEDO, Diego Rodrigues. Morfologia urbana e crescimento periférico nas cidades médias brasileiras: geotecnologias e inovações metodológicas aplicadas a Montes Claros, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-15, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0206>.

SILVA, Marcos Antonio da; OJIMA, Ricardo. Crises, dinâmicas e complexidades na migração latino-americana contemporânea: uma análise de *Vidas en movimiento: migración en América Latina*. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-5, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0217>.

SILVA, Pablo Marlon Medeiros da; CARDOSO, Janaína Gularte; IWAYA, Gabriel Horn; PAULA, Brena Samara de; SILVA, Arthur William Pereira da; OLIVEIRA, Wanderson Fernandes Modesto de. Barreiras ao emprego de refugiados no Brasil e seus impactos na integração de longo prazo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-13, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0210>.

SILVA, Yasmin Geronimo da; VAZ, Daniela Verzola. Por que as ocupações “femininas” pagam menos? Um estudo longitudinal. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-28, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0212>.

SOARES, Felipe Furini; RICOLDI, Arlene Martinez. A escalada neoconservadora e a agenda antigênero: o caso da participação do Brasil na Cúpula Demográfica de Budapeste. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-22, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0183>.

SORJ, Bila; FRAGA, Alexandre Barbosa. Licenças maternidade e paternidade no Brasil: direitos e desigualdades sociais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-29, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0193>.

SOUZA, Filipe Costa de. Expressões de forma fechada para as expectativas de vida de Gompertz-Makeham: uma nota histórica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-12, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0220>.

SULIANO, Daniel; IRFFI, Guilherme; BARRETO, Ana Beatriz Rêgo de Sá. Orientação sexual e seus efeitos no mercado de trabalho: um estudo com base na técnica de revisão sistemática. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-29, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0186>.

URIBE-SIERRA, Sergio Elías; MANSILLA-QUIÑONES, Pablo. Estudos do despovoamento rural no Chile: abordagens para um quadro analítico da ecologia política latino-americana. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-24, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0208>.

VOROSHILOVA, Anzhelika; BAGIROVA, Anna. Tempo alocado para a paternidade em famílias da região Ural da Rússia: quantidades e determinantes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-25, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0197>.

WIEDERKEHR, Bianca; AFONSO, Luís Eduardo. Maternidade e aposentadoria no RGPS: como as mulheres com filhos são afetadas pela reforma previdenciária da Emenda Constitucional 103/2019? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1-34, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0207>.